

MOBILIDADE URBANA E IDENTIDADE CULTURAL: INFLUÊNCIA DO PROJETO VIA MANGUE NA COMUNIDADE BACARDI: “DA LAMA AO CAOS”

Resumo

Este trabalho aborda, a partir da análise do Projeto Via Mangue (que se propõe a desafogar o trânsito na Zona Sul do Recife, melhorar as condições de vida e de moradia das pessoas e preservar o Parque dos Manguezais), questões quanto à mobilidade e à identidade cultural das pessoas que vivem em parte da área de desenvolvimento do Projeto. A população da comunidade Bacardi vive do mangue, sob palafitas e terá sua dinâmica e seu cotidiano alterado a partir do Projeto Via Mangue. Desta forma, procuramos fazer uma análise do mesmo, levando em consideração os aspectos sócio-espaciais e sócio-ambientais da área, a partir do momento que reconhecemos a importância de tal análise apreciando a participação das pessoas que ali se encontram.

Abstract

This work approaches, since a looking inside at the Via Mangue Project (what proposes a wreck on traffic at South Side of Recife, bringing better life condition, more residences for poor families and preservation of Manguezais Park's area), questions about mobility and cultural identity from that people who living at that area by Project's development. People from Bacardi community lives by sustain of the mangue, on shanties over the water and unfortunately will have a changing at the proper dynamic and an altered lifestyle since the beginning of Via Mangue Project. By this way, we search to make a real analysis of this situation, taking into consideration socio-spatial and socio-environmental from that area, at the moment that we recognize the importance inside this analysis appreciating the joining from the people who lives on.

1. Introdução

“O fenômeno humano é dinâmico, e uma das formas de revelação desse dinamismo está, exatamente, na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado”.¹

Foi pensando no dinamismo do fenômeno humano que nos propomos a analisar o Projeto Via Mangue, de extensão e impactos sócio-econômicos, sócio-espaciais, ambientais, culturais e de mobilidade intensos. “Pela inovação técnica e econômica, os homens transformam seu meio natural”².

Sem observar apenas por um ângulo – na condição de cientistas, procuramos nos relacionar com a população, que terá sua dinâmica alterada, com a intenção de entender sua expectativa, sua dinâmica, e o que pensam sobre o Projeto. Estes, como atores sociais, produzem o espaço e é incluindo os mesmos, que esta dinâmica espacial será alterada. Segundo Raffestin, a população é “a fonte do poder, o próprio fundamento do poder, por sua capacidade de inovação ligada ao seu potencial de trabalho [...] Assim, é por ela que passam todas as relações [...] É por intermédio dela que todo o restante adquire um sentido e se carrega de significações múltiplas; é por causa dela que as coisas são coerentes, contraditórias ou paradoxais”³, e ainda quanto ao território e o poder: “o território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar numa estratégia”⁴.

Na construção deste trabalho, a pesquisa de campo na comunidade Bacardi, se fez presente como uma das principais etapas do processo. Através de entrevistas formais e conversas informais nos aproximamos da realidade vivida pela população desta comunidade. Foi a partir desta *metodologia* que construímos nosso *objetivo* de trabalho: *procurar analisar, com a ajuda da população, o possível reflexo que o Projeto Via Mangue terá na dinâmica de mobilidade destas pessoas e a perda de identidade cultural, construída atrelada ao mangue.*

¹ Milton Santos, 2008. pp. 42.

² Raffestin, 1981. p. 56

³ Raffestin, 1981. p. 07

⁴ Raffestin, 1981. p. 58

2. Apresentação do Projeto Via Mangue

O Projeto Via Mangue, que conta com a Via Mangue (R\$ 178.128.000,00), reassentamento da população residente em palafitas (R\$ 13.900.000,00), Parque Ecológico Estação Rádio Pina (R\$ 12.330.000,00), desapropriação (R\$ 15.238.000,00), que totaliza R\$ 219.596.000,00, possui “uma proposta de intervenção urbana e de preservação ecológica que complementa e soluciona o trânsito da Zona Sul do Recife”⁵.

Na figura 1, a seguir, pode-se ter noção de toda a dimensão do Projeto, observando a linha verde, que faz parte do mesmo e é denominada Parque Ecológico Estação Rádio Pina. Terá início no bairro do Pina, nas Pontes Paulo Guerra e Agamenon Magalhães – que ligam a Zona Sul ao bairro do Recife Antigo, margeará o Parque dos Manguezais até chegar à Rua Antônio Falcão e às marginais do Canal do Setúbal. Desta dimensão do Projeto analisaremos apenas a comunidade de Comunidade Bacardi (círculo amarelo), que consiste numa comunidade de pescadores que possui suas casas fincadas na lama, deixando nítido em uma das “entradas” da Zona Sul, a disparidade sócio-espacial em que vivem.

⁵ Arquivo em PDF disponibilizado pela Prefeitura do Recife, acesso pelo site: <http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/viamangue.html>



Figura 1: Projeto Via Mangue.

Fonte: <http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/viamangue.html>

O Projeto possui, segundo a Prefeitura do Recife, os seguintes objetivos:

- Melhorar a fluidez do trânsito da Zona Sul;
- Implantar uma via sem semáforos com velocidade operacional de 60 km/h;
- Integrar a via com as marginais dos canais Setúbal e Jordão;
- Possibilitar o acesso das ruas existentes para o atendimento local dos bairros de Boa Viagem, Pina e Brasília Teimosa;

- Eliminar os semáforos das Av. Antônio de Góis e Herculano Bandeira;
- Implantar o Parque Ecológico Estação Rádio Pina, visando o lazer, atividades culturais, educacionais e turismo para a população;
- Promover melhorias habitacionais através da realocação da população residente em palafitas, no entorno do projeto;
- Revitalizar áreas ambientais já degradadas e outras no entorno do Projeto;
- Fomentar o desenvolvimento de um novo pólo econômico, turístico, cultural e ambiental.

Sua primeira etapa já concluída, entregue à população no dia 4 de abril de 2007, consiste em um túnel por baixo da Avenida Herculano Bandeira, ligando a Avenida Antônio de Góis à Rua República Árabe Unida, “medindo 260 m de extensão por 13,85 m de largura, a obra vai possibilitar a ligação do sistema viário do Pina com futuro traçado da Via Mangue, que margeará o Parque dos Manguezais até chegar à rua Antônio Falcão e às marginais do canal do Setúbal”⁶; que pretende trazer melhorias ao sistema viário e de circulação de pedestres entre o Cabanga e Boa Viagem, como entre o Pina, Bacardi e Brasília Teimosa. Teve investimento de R\$ 30 milhões, com R\$ 12 milhões do Governo Federal e o restante por conta do Município. A entrega da primeira etapa marcou o início das obras da segunda etapa do Projeto com a construção de 352 moradias para famílias que residem em palafitas no percurso da Via Mangue.

A previsão é que o Projeto tenha impacto sobre 4,4 hectares do Parque dos Manguezais. Em contrapartida, a Prefeitura faria a reposição e a recuperação de 5,1 hectares de manguezal e áreas degradadas. Questionamentos são feitos por ambientalistas quanto ao impacto que haverá nesta área de mangue, estuarina, e acreditamos que também deve ser questionado o destino da população que será realocada, já que, o mais enfatizado neste Projeto é que a construção da Via Mangue viabilizará uma melhora no trânsito em direção ao bairro de Boa Viagem. A Via Mangue também possui impactos econômicos, pois o final da mesma

⁶ Boletim Diário. Disponível em: www.recife.pe.gov.br/noticias/imprimir.php?codigo=144970

localiza-se no *Shopping Center Recife*, maior *Shopping* do Estado e que, sem dúvida, a construção da Via resultará numa maior mobilidade em direção ao mesmo; daí, interesses maiores, contando também com o interesse imobiliário que se acentua na margem da Via, com vista para o mangue. Contudo, para a população que será realocada sem a certeza de ficar próxima ao local anterior à remoção e com suas perspectivas de trabalho afetadas – já que parte significativa da mesma vive do e no mangue, quais serão os aspectos positivos em sua mobilidade? Será que eles não continuarão excluídos com suas moradias afastadas e escondidas?

Como conseqüências gerais do Projeto; Marinho, Leitão e Lacerda expõem que “a Via Mangue, projeto a ser implantado na porção oeste do bairro do Pina, no Recife, acarretará um adensamento de moradia para a classe média, devendo gerar um aumento expressivo na densidade construtiva nos bairros mais próximos [...]Os Projetos Parque Atlântico e Parque Boa Viagem, destinados à população de alta e de média rendas, previstos para a construção na área de influência da Via Mangue, produzirão um intenso adensamento construtivo, devido à verticalização das edificações propostas pelos projetos”⁷.

3. Mobilidade Social e Segregação Urbana

Buscamos abordar a mobilidade social/urbana no contexto deste trabalho porque um dos objetivos, e diríamos: o mais enfatizado objetivo do Projeto é a melhora no fluxo de veículos na Zonal Sul; que se encontra congestionada nos horários de pico. Porém, nos propomos também a questionar a mobilidade das pessoas que serão realocadas com a construção da Via Mangue.

Tendo consciência de que amplos investimentos são feitos com o mesmo objetivo, mas no final das contas acaba por estimular o aumento do uso de transporte individual e que, muitas vezes, a população menos favorecida é excluída deste processo de melhorar a mobilidade.

⁷ Marinho, Leitão, Lacerda; 2007. pp. 2002-203.

Dentro dos objetivos do Projeto estão implícitos os interesses imobiliários que estão atrelados à construção da Via. Um conjunto habitacional de alto padrão promete ser construído na área vizinha à comunidade Bacardi. O mercado imobiliário como promotor urbano acaba por “reservar” áreas para alguns e excluir outros, segregar a população rica da população pobre, isto, não sem a ajuda do Estado e do Município que também constituem poderes produtores do espaço.

A comunidade estudada está localizada em ponto turístico da cidade do Recife, no bairro do Pina; próxima ao bairro de Boa Viagem, um dos bairros mais favorecidos da cidade, que possui elevado valor imobiliário, que é constantemente especulado e de muitas desigualdades sociais.

A periferia da cidade é o lugar daqueles que não têm condições/são expulsos. Os pobres “enfeiam” a “entrada” da cidade e por isso precisam de realocação. A noção de periferia em que vivem as pessoas de Bacardi não é aquela relacionada à distância, mas a periferia social, de exclusão e descaso, ou segundo Santos, periferia socioeconômica; “a noção de periferia estava até aqui carregada da noção de *distância*, que constitui, de longe, o fundamento da maior parte das teorias espaciais e locacionais. A essa noção de periferia, dita ‘geográfica’, é preciso opor uma outra, a de periferia socioeconômica, se levarmos simultaneamente em consideração os lugares tornados marginais ao processo de desenvolvimento e, sobretudo, os homens rejeitados pelo crescimento. Estes homens formam a periferia social dentro do pólo econômico e, se o modelo de crescimento continuar a ser o que é, estão arriscados, por longo tempo ainda, a encontrar aí sua única residência possível [...] O aumento das riquezas não impede o da pobreza, e isto num único ponto do espaço”.⁸

O que entra em jogo na construção da Via Mangue com relação à população ribeirinha é, se o que é dito pela Prefeitura do Recife quanto à realocação desta população para área relativamente próxima ao local que vive hoje será realmente efetivado (ver figura 2A e 2B), o que será mais bem discutido no próximo tópico.

⁸ Milton Santos, 2007. p. 82.



Figura 2A: realocação de habitações. Fonte: <http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/viamangue.html>



Figura 2B: realocação de habitações. Fonte: <http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/viamangue.html>

A desigualdade vem inserida no processo de globalização da economia em que o Brasil se insere. A distribuição de investimentos urbanos na cidade é feita de forma desigual, e a Zona Sul é a reconhecida como a mais bem assistida por projetos de intervenção urbana devido à valorização do solo nesta área. “Assim sendo, uma estreita faixa litorânea – particularmente ao sul – e parcelas da porção central da planície do Recife concentram a melhor fatia do mercado imobiliário, constituindo-se em área nas quais vem se observando um acelerado

processo de adensamento”⁹. Ainda segundo Marinho, Leitão e Lacerda, a história da ocupação do Litoral Sul, segundo o Plano Diretor da Região Metropolitana do Recife-Metrópole 2010 (1998) é caracterizada como “ocupação definida entre os anos 50 e 80 por uma classe média e média alta. A partir dos anos 70, os edifícios substituíram as casas de veraneio”. Esqueceram de mencionar a ocupação e expansão da moradia ilegal e pobre, que até hoje se mostra como intenso contraste na mesma área.

Sobre a função social da propriedade e o direito individual irrestrito: “Embora freqüentemente mascarada por discussões aparentemente técnicas ou legalistas acerca de aspectos formais do projeto de lei e da lei efetivamente aprovada, o que sempre esteve em jogo durante o longo processo de discussão sobre esta lei – dentro e fora do Congresso Nacional – era, e ainda é, a forte resistência dos grupos conservadores ligados ao setor imobiliário à nova concepção, proposta pela Constituição Federal e consolidada pelo Estatuto da Cidade, dada ao direito de propriedade imobiliária urbana, qual seja, o princípio constitucional da função social da propriedade urbana e da cidade”.¹⁰

“As cidades brasileiras – fragmentadas, excludentes, segregadas, ineficientes, caras, poluídas, perigosas, injustas e ilegais – são em grande medida o resultado desse fracasso do Estado na reforma da ordem jurídica liberal, já que a lógica especulativa do mercado vê na propriedade tão somente um valor de troca, tão somente uma mercadoria, e não dá conta das questões sociais e ambientais. Tão importante quanto aprovar novas leis e criar novos instrumentos urbanísticos é consolidar o paradigma proposto pela Constituição de 1988, de modo a reformar de vez a tradição civilista que está na base de muito da resistência ideológica às políticas urbanas progressistas e que desconsidera o papel central da lei – e da ilegalidade – no processo de desenvolvimento urbano e de gestão urbana”.¹¹

4. Identidade Cultural dos Moradores atrelado ao Mangue

⁹ Marinho, Leitão e Lacerda, 2007. p. 196.

¹⁰ Fernandes, 2008. p. 46.

¹¹ Fernandes, 2008. p. 48.

“Defini-los não deve ser uma tarefa solitária, conquanto haja uma diferença essencial entre uma situação de pesquisa e uma situação de intervenção planejadora: no momento do diagnóstico e da análise, o cientista, mesmo imbuído de uma recusa do objetivismo e do cientificismo, tem o direito à última palavra sobre as formulações que são, ao fim e ao cabo, de sua responsabilidade pessoal; em contraste com isso, no caso de propostas de intervenção quem deve deter a última palavra são os próprios envolvidos, vale dizer, os cidadãos cuja autonomia deve ser estimulada e respeitada, devendo o cientista contentar-se com o papel de um interlocutor que propõe (e, eventualmente, alerta para contradições e riscos embutidos nas propostas feitas por outros, sejam eles pesquisadores ou não), mas jamais o de um consultor tecnocrático que sonha, no estilo de Maquiavel, com um Príncipe que execute as suas idéias, impondo-as de cima para baixo (SOUZA, 2000b: 89)”.¹² Desta forma, concordando com Souza sobre o papel de um cientista quando de uma pesquisa e de uma intervenção planejadora; posicionamos-nos atrelados aos moradores da Comunidade Bacardi, para que nossa análise tivesse uma visão crítica, mas também refletisse a visão daqueles que estão sofrendo as ações de uma intervenção urbana e que, há muito, lidam com a segregação, a exclusão e o tratamento distinto do Poder Público.

“O terreno substitui o livro, o texto e mesmo o arquivo do historiador. Ele adquire um valor heurístico fundamental, uma vez que constitui o substrato onde se lê a relação homem-meio”¹³. Partindo da análise de Marie-Claire Robie, buscamos entender significações da paisagem e suas relações sociais, políticas, econômicas e culturais.

“Ler a paisagem é extrair formas de organização do espaço, extrair estruturas, formas, fluxos, tensões, direções e limites, centralidades e periferias”¹⁴, assim, foi através do convívio com a Comunidade Bacardi que se tornou possível adquirir o “olhar” crítico geográfico da paisagem então analisada.

¹² Souza, 2006. p. 80

¹³ Marie-Claire Robie In: Jean-Marc Besse, 2006. p.68-69.

¹⁴ Jean-Marc Besse, 2006. p. 64

“Assim, os migrantes não vêm atraídos somente pela miragem das atividades modernas; eles já sabem que na metrópole é possível encontrar uma atividade qualquer. Mas, acima de tudo, eles estão conscientes de que é melhor ser pobres em Lima do que em qualquer outra parte, não importa onde”.¹⁵ Parafrazeando SANTOS, é melhor ser pobre no litoral do que no sertão. Assim, a partir de alguns questionamentos elaborados pelo grupo, foi feita uma entrevista com a comunidade, onde pudemos conhecer melhor a história de cada família e constatar que: a maioria dos moradores antigos é de origem interiorana de Pernambuco, onde, a cidade de Recife serviu como área de atração visando melhoria de vida, porém as oportunidades não supriram as expectativas, pois a falta de qualificação profissional e de comprovante de residência acabaram por excluí-los do emprego formal, logo, sem renda fixa que pudesse suprir todos os impostos de uma moradia legal, ocuparam inadequadamente o solo alagadiço do mangue. Essa ocupação “implica uma exclusão ambiental e urbana, isto é, aquelas são áreas mal servidas por infra-estrutura e serviços urbanos (água, esgoto, coleta de lixo, drenagem, iluminação pública, varrição, transporte, telefonia etc.)”¹⁶, tal exclusão abrange ainda o âmbito econômico, racial e cultural. Para Raffestin, Bailly e Reymond, “a paisagem não existe a não ser para o grupo humano e para o homem em particular através da relação fenomenológica entre o **eu** e o meio”¹⁷.

A relação existente entre os moradores da comunidade com o meio é bem dinâmica. A grande maioria deles desenvolveu muito bem a técnica da pescaria e coleta de mariscos próprios do mangue, sendo muitas vezes o único meio de subsistência da família. Eles pescam e coletam com sua baitêras (pequenas embarcações utilizadas para pescaria), consomem parte da pescaria e a outra parte será vendida em Mercados Municipais ou destinada para a revenda. Todo o cotidiano das palafitas está intrinsecamente ligados ao mangue, ao trabalho artesanal da coleta do sururu (moluscos utilizados na culinária de frutos do mar), ao lazer das crianças que se divertem nas águas lamacentas do rio. Esse espaço

¹⁵ Milton Santos, 2007. p. 92.

¹⁶ Ermínia Maricato, 2006. p.135

¹⁷ Bailly, Raffestin, Reimond in: Rosendahl, Corrêa (org.). 1999. p. 161.

tão segregado e excluído acaba por ter “identidades dinâmicas”¹⁸ e “comunidades humanas específicas”¹⁹. Para Hall, “todas as identidades estão localizadas no tempo e no espaço simbólicos. Elas têm aquilo que Edward Saïd chama de suas ‘geografias imaginárias’: suas ‘paisagens’ características, seu senso de ‘lugar’, de casa/lar, de heimat, bem como suas localizações no tempo – nas tradições inventadas (...)”²⁰. Tal afirmação adequa-se perfeitamente na conjuntura “espaço-social” da Comunidade Bacardi, uma vez que, moradias de madeiras suspensas na lama são sentidas como “casa/lar” e as técnicas de lidar com todas as dificuldades são tidas como “tradições inventadas”.

Com a pouca informação tida pelos moradores das palafitas acerca do Projeto Via Mangue, a única certeza que eles alegam ter é a de que um dia terão que ser realocados daquela área. Não se pode negar a importância na qualidade de vida que essa ação ocasionaria, porém, a falta de planejamento trará consequências ainda mais danosas para tais famílias.

A dependência dos moradores das palafitas pelas áreas do mangue é tão forte, que moradores que sofreram realocação a partir de outros projetos institucionais acabam retornando para o aluguel ou mesmo construção de novas palafitas. A moradia distanciada do mangue os bane de exercer atividades que se tornaram especialistas, por isso, reafirma-se a importância de não só realocar essas famílias para que as mesmas possam usufruir dos serviços urbanos e sim que haja um planejamento que as incluam no mercado de trabalho, ou mesmo que possam ter a opção de continuar como pescadores; fornecendo-lhes oportunidades para de fato exercer a cidadania.

Arelado ao Projeto Via mangue está a construção de suntuosos prédios que serão erguidos onde antes se localizou a fábrica de bebidas alcoólicas da Bacardi, nome que acabou sendo usado como ponto de referência para nomear a comunidade de palafitas. Atualmente tal área é de posse da empresa Moura Dubeux, logo nota-se que “trata-se de um território fortemente segregado por um mercado imobiliário e de terras altamente restrito e especulativo, por

¹⁸ Rogério Haebaert in: Corrêa e Rosendahl, 1999. p.187

¹⁹ Carl O. Sauer, 2003.

²⁰ Hall, 1997. p.76

investimentos públicos que sempre foram aplicados de forma concentrada e socialmente regressiva”²¹.

Muitos dos moradores afirmam negação pela idéia do afastamento do mangue, por se sentirem e se orgulharem de ser um profissional do mangue, um “ser do mangue”, como diz poeticamente Josué de Castro sobre os bairros miseráveis dos mangues do Rio Capibaribe, “[...] mangues do Recife, fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo como caranguejos. Seres anfíbios – habitantes da terra e da água, meio homens e meio bichos. Alimentados na infância com caldo de caranguejo: este leite de lama. Seres humanos que se faziam assim irmãos de leite dos caranguejos. Que aprendiam a engatiar e a andar com os caranguejos da lama e que depois de terem bebido na infância esse leite de lama, de se terem enlambuzado com caldo grosso da lama dos mangues, de se terem impregnado dos eu cheiro de terra podre e de maresia, nunca mais se podiam libertar desta crosta de lama que os tornava tão parecidos com os caranguejos, seus irmãos, com as suas duras carapaças também enlambuzadas de lama”²². Como o Sr. Iran, em entrevista ao pesquisadores afirmou: “Nós somos como os caranguejos. Se você tirar ele da lama, o que acontece? Ele morre!” Diversos moradores alegaram na entrevista que viveriam em situação de fome se tirados dos arredores do mangue. Entretanto, entra-se num consenso: todos almejam por uma vida mais confortável, longe dos ratos e da insegurança estrutural das palafitas, porém jamais longe do mangue, jamais longe do seu trabalho, do seu lazer, da sua cultura.

5. Considerações Finais

A partir do conhecimento do Projeto Via Mangue, das ações que ele pretende firmar tanto no contexto da comunidade analisada quanto no contexto geral do Projeto que prevê, além do “desafogamento” do trânsito da Zona Sul, a realocação de comunidades que se encontram no percurso do Projeto e o Parque

²¹ Villaça In: Maricato, 2006. p.134

²² Josué de Castro, 2003. p. 26

Ecológico Estação Rádio Pina, que contará com áreas de lazer e de turismo; e posto as condições e a opinião da Comunidade Bacardi, considerando seu conhecimento e sua vivência no mangue que trás raízes construídas ao longo de décadas relacionada a sua identidade com o lugar que habitam e sua sobrevivência no mesmo.

Desde o levantamento bibliográfico e a análise do Projeto, que deram subsídio à pesquisa, pudemos confirmar com a pesquisa de campo junto à Comunidade Bacardi, as possíveis conseqüências que o Projeto pode ter no processo de realocação da mesma. A maioria das famílias afirmou que não querem sair das palafitas sem ter a segurança de sua moradia próxima ao mangue. A Prefeitura do Recife, desde o início do Projeto não esteve junto à comunidade para informá-los para onde/quando eles sairiam de sua moradia.

A questão não é tão simples quanto pode parecer, as pessoas que ali vivem não escolheram viver na lama, comendo lama, cheirando lama, vivendo lama; e como muitos afirmaram, sobrevivendo. Estão ali, no bairro do Pina, sem acesso à terra urbanizada e aos serviços que todo o cidadão possui direito, sem direito à cidade. Nenhum deles escolheu ser subjugado pela maioria da população e ali se encontram por questão de sobrevivência, já que as políticas públicas não os incluem, mas eles também constroem a cidade.

A realocação da população para favelas verticalizadas é o foco no qual resultarão diversas implicações. O chamado auxílio moradia, que constitui um valor de R\$151,00 é o que alguns receberão enquanto suas moradias não ficam prontas, a distância que ficarão do mangue trás outra dinâmica no cotidiano na comunidade que se relaciona tanto com a questão da fome (além de vender os produtos da pesca, os moradores também comem o que pescam, e embora vivam numa fome qualitativa e quantitativa, não vivem famintos) quanto com a questão da identidade deles junto ao mangue. Não pretendemos afirmar que estas pessoas não gostariam de ter casa, sanitário, água, energia e viver como um cidadão; mas elas não tiveram escolha e sair dali significa insegurança de seu novo rumo de vida. Existe também outra mobilidade, as pessoas que moram nas palafitas se

dizem beneficiadas por pertencerem a um bairro (Pina) onde possuem maior acesso a outros serviços urbanos e possibilidades urbanas, como poder vender seus produtos de pesca, alguns moradores produzem comida para vender em carrocinhas, outras conseguem “bico” (usado para designar alguma atividade de renda extra, como faxina nos prédios que se encontram próximos) para adicionar à renda da família etc.

O desequilíbrio ambiental na área de construção da Via Mangue tem enormes dimensões que deve ser melhor estudada e aprofundada, porém, é inegável que o impacto de tal Projeto trará à fauna e à flora a consequência de anos de recuperação deste ecossistema. A área onde o Projeto será desenvolvido é estuarina, onde a sociedade também sofrerá com a modificação da dinâmica de um bioma ameaçado em todo o mundo e que se encontra, na cidade do Recife, formado pelos rios Capibaribe e Beberibe, em condições de maior preservação se comparado com outros ambientes no país. O Projeto Via Mangue está atrelado a interesses imobiliários que se tornam cada vez mais crescentes com o turismo e o adensamento da população em bairros/áreas de amenidades físicas.

A importância de um planejamento e na gestão de uma metrópole como de qualquer cidade são de suma singularidade na provisão de melhorias para a qualidade de vida das pessoas que habitam. É neste sentido que os gestores devem, além de sua formação, ser críticos mesmo que submetidos à instâncias do poder em nossa sociedade. A hipocrisia civil e pública tem feito de nossas cidades verdadeiras produções de desigualdade e exclusão e a sociedade tem o poder, quando possui conhecimento de como lutar, de mudar a realidade, mesmo que neste sistema capitalista as estruturas estejam embasadas na submissão de alguns para a ganância de outros.

6. Referência Bibliográfica

BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra**: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia (Tradução: Vladimir Bartalini). São Paulo: Perspectiva, 2006.

CASTRO, Josué. **Fome: um tema proibido** – últimos escritos de Josué de Castro/ Anna Maria de Castro (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HAESBAERT, Rogério. **Identidades Territoriais**. In: Zeny Rosendahl; Roberto Lobato Corrêa. (Org.). *Manifestações da Cultura no Espaço*. 1 ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999, pp. 169-190.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HOLZER, Werther. **Paisagem, Imaginário, Identidade: alternativas para o estudo geográfico**. In: Zeny Rosendahl; Roberto Lobato Corrêa. (Org.). *Manifestações da Cultura no Espaço*. 1 ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999, p. 149-168.

MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos; SPOSATTI, Aldaíza. A Questão Metropolitana. **Cadernos do Desenvolvimento**. N° 04. Seminário de outubro de 2006. pp.129-151.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder** (Tradução Maria Cecília França). São Paulo: Editora Ática, 1981.

SANTOS, Milton. **A Periferia Está no Pólo: O Caso de Lima, Peru**. In: *Economia Espacial: Críticas e Alternativas* (Tradução de Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi). 2. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. pp. 75-124.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. In: *Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia* (Colaboração de Denise Elias). 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. pp. 41-50.

SAUER, Carl O. **Geografia Cultural**. In: Introdução à Geografia Cultural. Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl (org.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. pp.19-26.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Planejamento e gestão urbanos como ferramentas de promoção do desenvolvimento sócio-espacial**. In: Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 4ª ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2006. pp. 60-82.

VALENÇA, Márcio Moraes (editor/organizador). **Cidade Legal x Cidade Illegal**. Colóquio com Edésio Fernandes. In: Cidade (i)legal. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. pp. 21-42.

VALENÇA, Márcio Moraes (editor/organizador). **Do Código Civil ao Estatuto da Cidade**: algumas notas sobre a trajetória do Direito Urbanístico no Brasil. Edésio Fernandes. In: Cidade (i)legal. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. pp. 43-42.